

ENTRE O POSSÍVEL E O INATINGÍVEL

21-09-96

[Meta oficial de programa agrícola e de assentamentos é irrisória]

As políticas governamentais para a agricultura estão em mudança acelerada. A extinção do ICMS sobre as exportações ajudará a elevar alguns preços pagos aos produtores, já que as indústrias terão que gastar mais para evitar que algumas de suas matérias-primas sejam comercializadas no mercado externo. Exportações de milho serão viáveis, esmagadoras pagarão mais pela soja e a cafeicultura reconquistará mercados perdidos nos últimos anos. Mais exportações e melhores preços internos garantirão a manutenção de muitos empregos rurais.

Ao mesmo tempo, o governo estará se retirando da comercialização da safra dos ruralistas, mantendo a equivalência-produto apenas para os agricultores familiares (subentende-se que com direito a EGF/COV). Na verdade, uma ampla política agrícola diferenciada começou a emergir com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Não é mais uma simples diferenciação nas normas de crédito rural e de comercialização para “pequenos produtores”. Além de uma nova concepção do financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações, trata-se de uma estratégia de parceria entre eles, os Governos Municipais, Estaduais e Federal e a iniciativa privada na aplicação de recursos destinados também à melhoria da qualidade de vida, ao aprimoramento profissional, à adoção de tecnologia, à adequação e implantação de infra-estrutura, etc. Em 1996, foram alocados para o programa R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 200 milhões para custeio e R\$ 800 milhões para investimentos.

É muito cedo para ter uma avaliação do PRONAF, uma vez que sua complexa implantação mal começou. Mas algumas observações já podem ser feitas a respeito de sua linha de crédito: (a) supondo que o valor médio dos contratos de custeio fique entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000, o programa poderia atingir, em 1996, uns 80 mil agricultores. (b) supondo que todos os recursos para créditos de investimento fossem individuais, e que o valor médio dos contratos girasse em torno de R\$ 10.000,00, o programa atingiria, também, uns 80 mil agricultores. É um bom começo. Mas não se pode esquecer que existem uns 3 milhões de agricultores familiares no Brasil.

A mesma observação deve ser feita sobre o programa indevidamente chamado de “reforma agrária”. O que as circunstâncias políticas permitem, e o que está de fato na agenda política brasileira, é a meta de assentar 280 mil famílias no quadriênio 95/98, isto é, uma média de 70 mil famílias por ano. Ela é irrisória, se

comparada ao estoque de terras subaproveitadas e à dimensão da pobreza rural. Mas é muito ambiciosa, se comparada às realizações de governos anteriores e simplesmente inatingível, devido aos entraves políticos, legais e intucionais.

No Brasil de hoje, só é desapropriado quem quer e pode aguardar com calma a sentença judicial que lhe atribuirá uma indenização de valor escandaloso. Em certos casos, o assentamento de algumas famílias pode ficar mais caro que a construção de um hospital. Por isso, são raríssimos os assentamentos em que a terra não foi antes “ocupada” ou “invadida”. Só assim é que os sem-terra conseguem alguma coisa. O governo está sempre a reboque. O que não seria tão grave se ele chegasse com as necessárias ações de fomento, educação e assistência técnica. Mas nem isso o governo federal consegue fazer, porque o INCRA é um dos mais trágicos resultados da megalomania da ditadura militar.

Há, portanto, dois pré-requisitos para a execução desse programa de assentamentos que está sendo confundido com uma “reforma”. Primeiro, amparo constitucional para as desapropriações por interesse social. Segundo, transferência das atuais atribuições do INCRA aos Institutos de Terra estaduais. É com eles que os sindicatos de trabalhadores agrícolas, os movimentos de sem-terra, as ONG, as prefeituras e outras entidades locais poderão aumentar e consolidar os assentamentos. Só esse tipo de mutirão melhorará o desempenho dos assentados.

Como não existem as condições objetivas para que o governo realize essas reformas constitucional e administrativa, o mais provável é que continue contabilizando como assentamento qualquer título entregue a posseiro. Mas é ingênuo pensar que esse arremedo de “reforma” não sai por “falta de vontade política,” ou por “burrice,” como deixou escapar o Vicentinho. Sem poder se livrar do entulho, a saída para os partidos da coalizão governamental é obter um trunfo eleitoral assentando mais que qualquer governo anterior. Isto é, mais do que as 18 mil famílias/ano assentadas durante o governo Sarney.